

CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO **Desenho e (re) ordenamento do território**

CAPTAINCY OF THE ESPÍRITO SANTO ***Design and (re) planning of the territory***

A. Luciene Pessotti

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
lulucienepessotti@gmail.com

B. Sofia S. Santos

Universidade de Coimbra, Portugal
sofiansantos@ces.uc.pt

RESUMO

O presente artigo visa apresentar as recentes reflexões teóricas sobre a posse, defesa e reordenamento do território da Capitania do Espírito Santo nos séculos XVII e XVIII após a descoberta do ouro. Conjectura-se que neste período houve o reordenamento da rede urbana na capitania. Ressalta-se a atuação da Engenharia Militar, notadamente nos levantamentos e projetos, em especial o trabalho do Engenheiro Militar José Antônio Caldas. No bojo destas transformações político-administrativas cita-se as alterações e reestruturação do desenho urbano da sede da capitania, a Vila da Vitória, e de um dos principais portos, a Vila de São Mateus.

Palavras-chave: história urbana, história do urbanismo, desenho do território, vilas coloniais.

Linha de Investigação: 1: Cidade e projeto

Tópico: História Urbana e História do urbanismo

ABSTRACT

This article aims to present the recent theoretical reflections on the possession, defense and reorganization of the territory of the Captaincy of Espírito Santo in the 17th and 18th centuries after the discovery of gold. It is conjectured that in this period there was a reorganization of the urban network in the captaincy. Military Engineering's performance is noteworthy, notably in surveys and projects, especially the work of Military Engineer José Antônio Caldas. In the midst of these political-administrative transformations, changes and restructuring of the urban design of the captaincy's headquarters, Vila da Vitória, and one of the main ports, Vila de São Mateus, are mentioned.

Keywords: urban history, history of urbanism, territory design, colonial villages.

Research line: City and project

Topic: 1: Urban history and History of Urbanism

Introdução

Este artigo visa refletir o (re) ordenamento do território da capitania do Espírito Santo, localizada no costa sudeste do Brasil, após a descoberta do ouro nas *minas gerais*, e a atuação da Engenharia Militar. Analisa-se a Vila da Vitória, sede administrativa, e seu território, objeto de racionalização teórica dos engenheiros visando a defesa da costa marítima sul. São Mateus configurou-se como um povoamento importante as margens do Rio Cricaré, no norte. O rio era entrada para o desbravamento do interior em busca de ouro e esmeralda e foi importante elemento da definição dos limites entre o Espírito Santo e Porto Seguro. Sua estruturação esteve ligada ao comércio e a defesa. Os dois núcleos são exemplos da estratégia dos desígnios da Coroa Portuguesa que definia a implantação e desenho de vilas e cidades conforme a complexidade da missão colonizadora.

1. Território da América Portuguesa: política de ocupação na Capitania do Espírito Santo

A posse do território brasileiro pela Coroa Portuguesa se deu por *aquisição originária*, i.e, por *direito de conquista*. As terras consideradas sem senhorio ou cultivo anterior permitiu a Coroa traspassá-las a terceiros garantindo a posse, a defesa e colonização do território (Abreu, 2014).

O fato de logo de início o Brasil “ser um extenso território desurbanizado e o onde o parco povoamento não fizera ainda qualquer marca, estabeleceu uma diferença fundamental para qualquer outra zona de colonização” (Rossa, 2002: 285). Segundo Reis Filho (1968), na primeira fase de urbanização da América Portuguesa, ocorrido até o final do século XVII, o território se caracterizou como retaguarda rural para os mercados europeus. Os primeiros investimentos deram-se em pontos fortificados, as feitorias. Posteriormente adotou-se o sistema de Capitánias Hereditárias. Objetivando ampliar os resultados desta política, em 1549, instaurou-se o Governo Geral, com apoio militar, agrícola e mercantil. O marco desta fase foi a fundação de duas cidades: Salvador (1549) e, Rio de Janeiro (1567).

Na União Ibérica (1580-1640) houve o domínio da costa e da região da Amazônia. Sob o domínio espanhol, implantaram-se medidas mais rigorosas para controle do território.

O controle das capitanias deu-se pelo prolongamento da estrutura do Estado na implementação das mesmas leis e cargos públicos, com ênfase na arrecadação tributária, pois, a Colônia passou a integrar a economia reprodutiva europeia.

A definição dos limites da Capitania do Espírito Santo consta do foral de doação de D. João III, para o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, de 1534, conforme se lê abaixo

(...) cimquenta legoas de terra na dita costa do Brazyll as quaes se começaram na parte onde acabarem as cimcoenta legoas de que tenho feito merce a Pero do Campo Tourinho (...) e correram pera a bamda do Sull tanto quanto couber nas ditas cimquenta legoas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver athé dez legoas ao mar na frontaria e demarcação das ditas cimcoenta legoas (...) e seram de larguo ao lomguo da costa e emtraram na mesma largura pelo sertam e terra fyrme ademtro tamto quamto poderem emtrar (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999: 74).

A leitura do foral impede afirmar com clareza onde começariam as terras do Espírito Santo. Contribuindo para o estudo do povoamento do território da região norte, Santos (2017) sintetiza as alterações de jurisprudência em três momentos (Fig. 01) que correspondem respectivamente, (1) ao levantamento feito pela Dinastia Filipina entre 1612 e 1616; (2) à constituição da ouvidoria da nova capitania de Porto Seguro em 1763; e (3) por último, 1823, que corresponde ao momento em que São Mateus optou por pertencer ao Espírito Santo, desvinculando-se da Bahia, que resistia à independência do Brasil desde 1822.



Fig. 01 Síntese dos limites territoriais do norte do Espírito Santo e sul de Porto Seguro (BA), nos séculos XVII, XVIII e XIX, respectivamente. Fonte: (Santos, 2017).

Coutinho **fundou vila** (Vila do Espírito Santo), em 1535, para sediar a capitania, na entrada da barra (Baía de Vitória). Ataques indígenas e invasões europeias influenciaram na organização de outra vila, a Vila Nova (Vila da Vitória), na outra margem do rio, numa ilha, onde havia uma povoação. A passagem do primeiro Governador Geral ao Brasil, Tomé de Souza, em 1552 e a atuação dos jesuítas pode ter influenciado na transferência da vila para a ilha (Souza, 2009). No Regimento, de 1548, D. João III expressa preocupação em relação às fragilidades do Espírito Santo, determinando providências para sua defesa. A partir de 1549, Coutinho conta com a ajuda de Tomé de Souza na consolidação da nova vila e defesa do seu território.

Para o controle da costa sul do território ressalta-se que entre 1608 e 1612, o Governo Geral do Brasil esteve dividido em duas repartições, a do Norte, sediada na Bahia, governada por Diogo Menezes, e a do Sul, sediada no Rio de Janeiro, governada por Francisco de Sousa, conforme afirma Diogo Moreno (1616: s/p):

A capitania de Porto seguro parte do ospirito S^{to} pello Rio doce em dezanove grao's, ou segundo outros querem pelo Rio Cricaree', mais ao norte que foi o ponto por donde se dividió este estado entre Dom fran^{co} desoussa, e' Dom Dioguo de menesses (...).

Considerando que Francisco de Sousa tinha sido Governador geral do Brasil entre 1592 e 1602, e por carta-patente torna-se o Capitão General das Minas do Brasil, teve maior autoridade que qualquer governador e capitão-mor para administrar as minas e pedras preciosas da América Portuguesa (Daemon, 2010). O

interesse na região do rio Doce e Cricaré levou o Governador-Geral do Sul e Marquês das Minas habitar por algum tempo na Vila da Vitória, diligenciando entradas pelo rio Doce (Freire, 2006).

A Capitania do Espírito Santo era subordinada ora à Bahia, ora ao Rio de Janeiro, e possuía **posição estratégica** na extensão territorial da América Portuguesa.

A primitiva sede, a Vila do Espírito Santo (1535), e a Vila da Vitória (c.1550), a segunda sede, possuíam, como as demais urbes do mesmo período um traço comum: eram "(...) aglomerados marítimos" (Azevedo, 1956:15), *i.e.*, fixavam-se junto às águas do Atlântico garantindo-lhes sobrevivência na costa.

A fundação de núcleos urbanos na imensa extensão territorial costeira estava condicionada à defesa. Logo, "(...) a primeira decisão fundadora (...) era de adequar ao desígnio, ou seja, aos objectivos da missão, a 'escolha do sítio'" (Portas, 2000: 164).

Almejando a posse e defesa do território recém conquistado, a Coroa investiu em novos conhecimentos, experimentou no terreno as concepções científicas do Renascimento, adaptou sua tradição às renovações, elaborando uma síntese, que tem-se chamado de urbanismo português, **capital cultural** e **material** acumulado.

A urbanização do Brasil Colônia, vinculada ao sistema social da Metrópole e à política de colonização portuguesa, definiu-se pela ação coordenada nos dois primeiros séculos, *i.e.*, a **política de posse e defesa**. Posteriormente, refletiu-se através de uma rede de centros urbanos criados ao longo do território sob seu domínio (Reis Filho, 1968).

As atividades econômicas desenvolvidas na capitania do Espírito Santo seguiram o padrão da colonização. No momento de sua organização iniciou-se a primeira atividade econômica, o plantio de mudas de cana-de-açúcar. Próximo à vila construíram-se engenhos (Novaes, s.d.). Data de 1545 o primeiro carregamento deste produto para a Metrópole (Oliveira, 1951). No primeiro século da colonização capixaba foi estabelecida a ligação comercial entre a capitania, Portugal e Angola. Em 1550 procedeu-se à instalação da Alfândega.

No século XVI e XVII os engenhos de açúcar localizavam-se no termo da Vila do Espírito Santo, demonstrando **a importância do sítio escolhido para implantação da capitania**, pois, proporcionava condições de atender às necessidades do projeto colonial.

No início do século XVIII aumenta a centralização da Metrópole em virtude da descoberta e extração do ouro nas regiões das Minas Gerais (1693), no Mato Grosso (1718), e em Goiás (1726). Adotou-se nova política na definição do território no interior estendido além do Tratado de Tordesilhas (Reis Filho, 1998). Esta política centralizadora estabeleceu novas estratégias e desígnios. A Coroa Portuguesa incorporou vilas e cidades e assumiu a criação de novos núcleos urbanos adotando uma política de colonização mais coerente.

Situam-se estas políticas num contexto de grande vulnerabilidade administrativa e política do Espírito Santo: a morte de seu donatário, Francisco Gil de Araújo, em 1685; a resolução da Relação da Bahia, relativa à legalidade da posse da capitania, culminando na sua compra pela Coroa em 1718 (Rubim, 2003: 9.). Houve também a instabilidade do Governo Geral da Colônia, que de 1718 a 1720, passa a ser governada por sucessivas juntas provisórias. Tal situação pode ter gerado impacto negativo ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo. O conjunto de medidas adotados diminuiu poderes e atribuições antes concedidos aos donatários.

O Espírito Santo sofreu consequências do ciclo do ouro em virtude do isolamento, com restrições à conquista do interior do seu território e ao intercâmbio comercial com a região das minas (Derenzi, 1995).

A descoberta do ouro despertou a cobiça de piratas e dirigentes das nações inimigas. O século XVIII foi marcado pelo **militarismo na capitania do Espírito Santo**.

A ocupação e povoamento do território do Espírito Santo até o século XVIII teve participação da Companhia de Jesus. Suas atividades econômicas deram suporte a ação missionária. As aldeias localizavam-se próxima às fazendas, próximas ao litoral, sem penetrar o interior. Até meados do século XVIII só existiam cinco vilas na capitania, as do Espírito Santo (1535) e de Nossa Senhora da Vitória do século XVI; Guarapari (1679), do século XVII; Nova Almeida (1758), e, Anchieta, do século XVIII. As três últimas foram aldeamentos jesuítas (Oliveira, 1951). Entretanto, São Mateus, localizado no norte da capitania, às margens do Rio Cricaré, teve seu povoamento, segundo Santos (2017), resultado do interesse nas riquezas naturais e recebeu *status* de vila em 1764. Às margens do rio ocorreu a Batalha do Cricaré, em 1558, entre índios e portugueses, na qual morreu Fernão de Sá, filho do Governador Geral do Brasil. A região, localizada entre Porto Seguro e Espírito Santo, teve importância na definição do limite entre as capitanias, logo, na definição do território capixaba.

Constata-se que o território da sede administrativa foi estratégico na defesa da costa sul da América Portuguesa. O rio Cricaré influenciou na ocupação ao norte e na definição dos limites da capitania. Os desígnios da colonização foram atingidos pela ação de diferentes agentes sociais. Relatos do período de governadores atestam a dificuldades na implantação da vida urbana, organização social, e meios materiais. A consolidação da ocupação do território espírito-santense resulta também do entrecruzamento dos fatores citados com as complexas injunções da política colonizadora lusitana.

2. A atuação da Engenharia Militar: (re) ordenamento do território

A ocupação do território da Capitania do Espírito Santo adotou a **lógica dos desígnios**. Conjectura-se que a lógica da posse e defesa definiu a localização dos primitivos núcleos urbanos. Problematiza-se a atuação de um dos principais agentes modeladores do espaço, a Engenharia Militar, no (re) ordenamento do território no século XVIII.

No século XVII os bandeirantes já relatavam a descoberta de ouro no Espírito Santo, notadamente na região do rio Cricaré (Santos, 2017). No início do século XVIII surgem relatos da descoberta do metal na capitania vizinha. Em 1720, Minas Gerais era uma capitania independente, com atividade de mineração. O otimismo da mineração fez surgir a preocupação da Coroa com possíveis invasões de nações europeias. Em 1703 Portugal manda interromper a exploração em regiões da Bahia e do Espírito Santo para avaliar a **vulnerabilidade** destes locais à invasão estrangeira, sem sucesso. Em 1750 há nova proibição de exploração do interior do Espírito Santo em virtude da sua proximidade com a costa (Russel-Wood, 1999).

Intervenções na defesa da capitania iniciaram-se com levantamentos. Enviaram-se engenheiros militares para avaliar a situação das duas vilas, portas de acesso ao interior. A importância político-administrativa da *vila* no ordenamento do território era fundamental, pois, “representava a estabilidade, a manutenção da justiça, um certo grau de autodeterminação no plano local – e por efeito de seu diploma real – a presença da coroa” (Russel-Wood, 1999: 484). Precisava-se defendê-las, assim como, o território onde estavam implantadas.

A formação dos engenheiros militares estava pautada nas **concepções teóricas do Renascimento**, e foi através do **desenho** que se introduziu em Portugal um conjunto de referências teóricas que abordavam os novos métodos de fortificar (Bueno, 2011). A Coroa Portuguesa investiu em intercâmbios culturais com a Itália introduzindo na formação dos engenheiros militares as teorias e concepções da **tratadística renascentista**. As escolas de formação surgem em Portugal a partir do século XVI; no Brasil, a partir do século XVII, com ênfase nos séculos XVIII e XIX, onde a atuação destes profissionais foi mais sistemática na defesa do território.

Até o século XVII Portugal dependeu da contratação de engenheiros estrangeiros, mas, partir do século XVIII conquistou relativa autonomia investindo na produção teórica. Durante e depois da União das Coroas Ibéricas iniciou-se uma política de implantação de Academias Militares, no reino e nas conquistas ultramarinas para formar quadros técnicos (Bueno, 2001).

O sargento-mor José Antônio Caldas, de Salvador, formou-se na Academia Militar soteropolitana. Atuou como professor e foi um dos principais engenheiros militares da Bahia. Caldas foi o oficial enviado para a Capitania do Espírito Santo, em 1767, na época subordinada à da Bahia, para realizar levantamentos na Vila da Vitória e no território vizinho (Oliveira, 2004).

Operoso, Caldas executou na capitania: a *Topografica da Barra do Rio do Espírito Santo (...)* tirada por José Ant.º Caldas Capm. de Infantª com exercicio de Engrº Lente d'Aula Regia de Fortificasoens da Bª (...) e copiada por Joham de Afonca Bitencourt, Praticante com Partido na mesma Aula, o qual acompanhou ao dº Lente nesta diligª. (Bahia, 10 de 8 brº de 1767); e, o *Prospecto da Vila da Victoria Capital da Capitania do Espírito Santo ...* (1767).

Elaborou também plantas e fachadas das fortificações: de S. Francisco Xavier da Barra (1776); de Nossa Srª. do Monte do Carmo (1766); de Santiago (1767); de Santo Inácio ou de S. Maurício (1767); de Sam Joam (1767); da Ilha do Boi e, a Planta Topográfica da Ilha do Boi (1767), para defender a barra do rio do Espírito Santo.

Estes documentos são valiosos para o entendimento da **nova política de (re) ordenamento do território da capitania**. O envio de Caldas ao Espírito Santo comprova o investimento da Coroa Portuguesa na sua defesa. A importância da atuação de oficiais militares na capitania no século XVIII pode ser mesurada considerando que somente 247 engenheiros militares trabalharam no Brasil no período colonial, número abaixo da demanda existente (Bueno, 2011), para realizar levantamentos, projetos e obras, notadamente os de defesa.

No século XVIII, objetivando a defesa da capitania, os engenheiros militares atuaram de forma mais contundente. Em 1726, o Conde de Sabugosa envia Nicolau de Abreu para fortificar a vila. Em um percurso de pouco mais de um quilômetro foram erguidos cinco bastiões artilhados, tornando a **vila militarizada**. Em 1776, José Antônio Caldas foi designado para rever o sistema defensivo da capitania, notadamente, das duas principais vilas.

Conjectura-se que com a **mudança relativa** da importância da capitania na defesa da costa marítima sul e da área de extração aurífera das *minas gerais* a Coroa Portuguesa investiu no conhecimento do seu território para melhor ter condições de defendê-lo.

Levantamentos, notadamente, no entorno da Vila da Vitória e Vila Velha, demonstram a determinação de **conhecer – desenhar o território. Conhecer** para intervir - **defender o território** - exigiu uma **ação planejada** com atuação da Engenharia Militar.

O sistema defensivo da Vila da Vitória, até o século XVIII, era precário e formado por pequenos fortins, trincheiras e três fortificações. Nicolau de Abreu e José Antônio Caldas receberam a incumbência de rever o estado de conservação dos fortes, remodelá-los e projetar novos elementos defensivos.

Os levantamentos de Caldas no Espírito Santo suscitam questões acerca da **teorização e tecnologia** utilizadas para conhecimento do território. Para a elaboração do *Prospecto da Villa da Victória...*, i.e., seu perfil, utilizou-se a câmara escura, instrumento tecnológico avançado à época. No *Prospecto...* Caldas (Fig. 02), destaca os edifícios públicos e militares. O *Prospecto ...* apresenta os aspectos da defesa da sede da capitania, interesse maior da Coroa naquele momento.

Até a ida do sargento-mor a capitania não haviam registros detalhados dos núcleos urbanos e do território no entorno das vilas. A *Planta da Villa da Victória* (Fig. 02) **foi o primeiro levantamento realizado da sede da capitania**. Os **desenhos** elaborados pelos engenheiros militares são considerados **critérios de apropriação dos territórios** (Bueno, 2011).

O levantamento do território no entorno das primeiras vilas do Espírito Santo, consta da *Carta Topográfica da Barra, e Rio do Espírito Santo...* (Fig. 03). Demonstra, de forma esquemática, as características geográficas da região da baía, com localização das fortalezas. Caldas situa a implantação da Vila do Espírito Santo e da fortaleza Piratininga; e a da Vila da Vitória, com a localização das fortalezas existentes na baía e na vila. Destacando a topografia com cor diferenciada demonstra as declividades do terreno e informa que a Vila da Vitória está situada num platô, sitio abaixo do maciço central da ilha, seguindo o **urbanismo de colina**, de tradição lusitana, que favorecia a defesa.

No que tange a questão do território das adjacências do rio Cricaré/São Mateus, este configurou-se como uma vasta região entre Porto Seguro e Espírito Santo. O território de São Mateus, até 1823, esteve sob as diversas jurisdições. Considerando os interesses político administrativos, religiosos e sociais, esteve ora sob o poder do norte – Bahia e Porto Seguro, ora sob o do sul - Espírito Santo e Rio de Janeiro, ou mesmo simultaneamente, sendo que só por alguns momentos, vinculado ao Espírito Santo.

Segundo Santos (2017), é possível que os levantamentos do norte do território tenham suprimido o rio Cricaré intencionalmente, notadamente, nos mapas elaborados em 1640 e 1666, por não terem os cartógrafos um levantamento confiável, e por uma questão de segurança às minas das esmeraldas, ou do ouro. Tal conduta condiz com a preocupação da Coroa com invasões e contrabando, conforme citado.

Na perspectiva da política urbanizadora a sede da capitania compunha a rede urbana colonial para defesa de uma faixa do território sul. A estratégia de urbanização definiu **o grau de controle e o grau de teorização** da política assumida. Neste contexto a descoberta do ouro impôs à Coroa investimentos na militarização do território do Espírito Santo visando impedir o contrabando de metais pelo porto capixaba.

Conjectura-se que a militarização da sede da capitania e do território vizinho fez parte da **racionalização** para a conquista da América Portuguesa adotando referências de formas de assentamento e defesa do outro lado do atlântico (Pessôa, 2000).

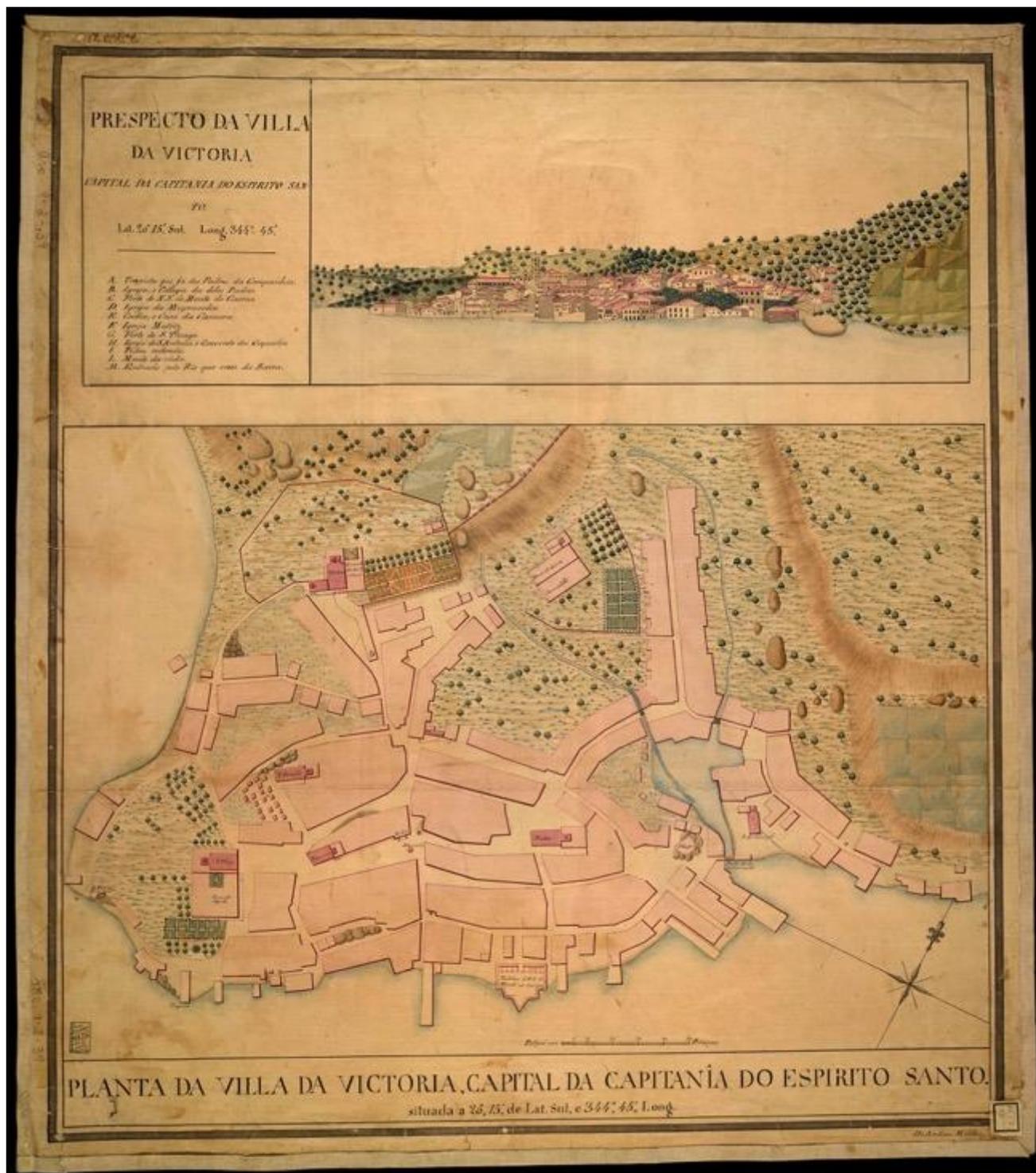


Fig. 02 Prespecto da Villa da Victoria. Planta da villa da Victoria: capital da capitania do Espírito Santo (1860). Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/28088>

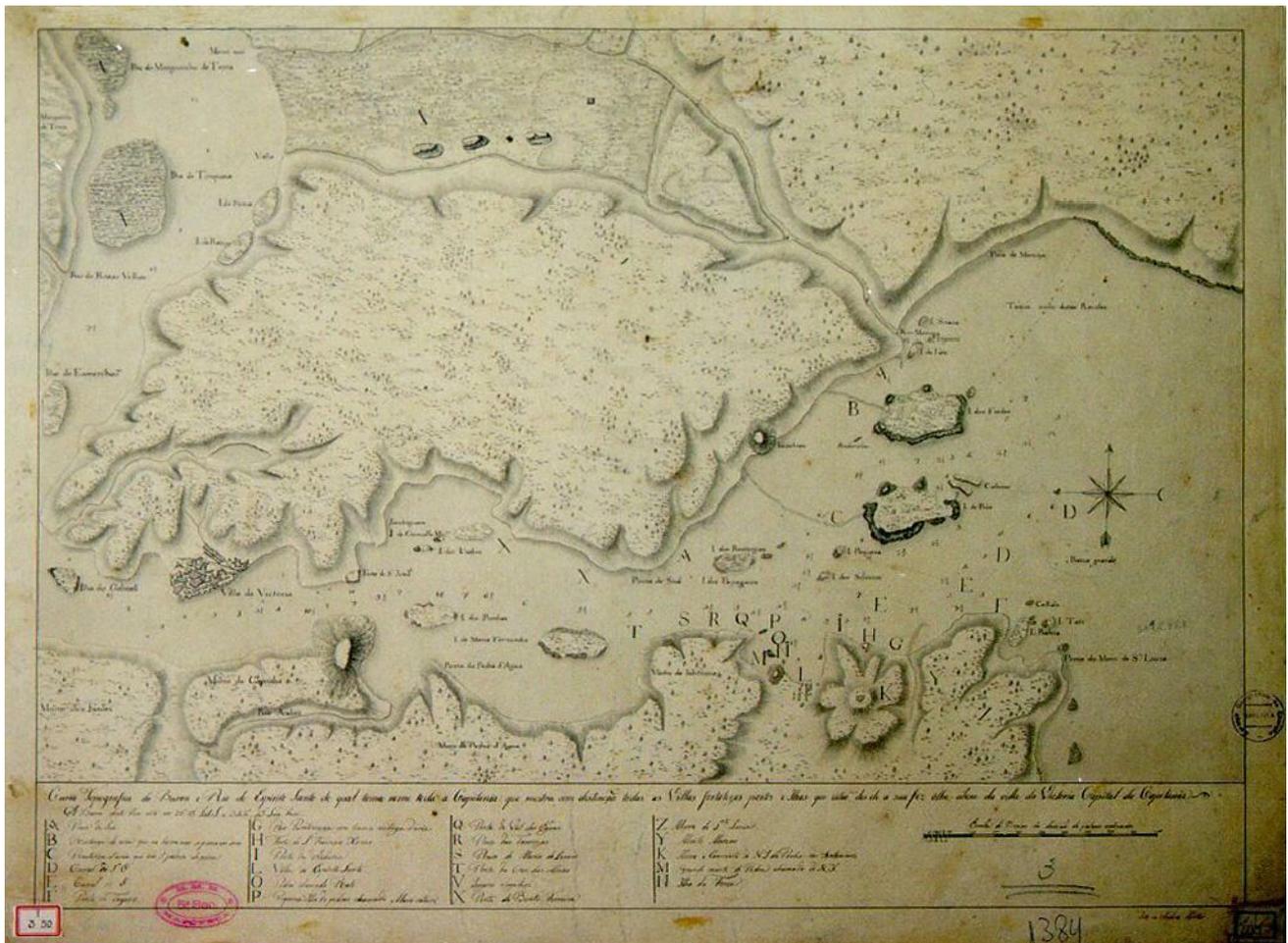


Fig. 03. Carta topográfica da Barra e Rio do Espírito Santo 1767. Levantamento de José Antônio Caldas, engenheiro militar e lente da Aula Régia da Bahia. Copiada pelo Cap. Antônio Américo Pereira da Silva em 1888. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

3. Estruturação de espaços urbanos: estratégias de posse e defesa do território

A cultura urbana portuguesa tem matrizes vernaculares e eruditas do seu processo de formação territorial (Rossa, 2002). A história urbana portuguesa e brasileira são indissociáveis. As raízes do urbanismo brasileiro se encontram na tradição urbana portuguesa. Os traçados urbanos brasileiros dos séculos XVI ao XVIII têm matrizes da cultura urbana lusitana (Teixeira, 1999). Analisa-se o caso da Vila da Vitória e São Mateus.

3.1 Vila da Vitória: (re) estruturação do desenho urbano para defesa do território

A Vila da Vitória, até início do século XIX, consolidou-se como núcleo urbano com raízes vernaculares lusitanas (Souza, 2009). O bispo Coutinho (2000), ao visitar a vila afirmou que seu espaço tinha características de Óbidos e Alenquer. O epicentro da vida urbana e social eram os tempos religiosos, e a prática da fé cristã. Eram o epicentro da socialização e da cultura europeia (Vasconcelos, 1993).

Este aspecto singular do espaço urbano da vila alterou-se com a atuação dos engenheiros militares no século XVIII. Através da *Planta da Villa da Victória* (Fig. 02), representadas de forma esquemática, atesta-se que as fortificações passam a integrar a trama urbana e seu entorno imediato e estão numa proporção de destaque. Com obsessão em defender a Vila da Vitória construiu-se um forte e remodelou-se três. Na Vila Velha reergueu-se uma fortaleza do século XVI.

O *Prospecto da Villa da Victória*, é relevante documento da história urbana, e permitiu identificar no tempo e no espaço as transformações e a evolução da vila. Entrecruzando os levantamentos de Caldas com outras fontes primárias foi possível conjecturar a evolução urbana da Vila da Vitória (Fig. 04) (Souza, 2009). A estruturação ocorreu a partir do núcleo matriz, no platô, e no entorno dos templos (em roxo) com cota máxima de 20 metros de altitude. Sem cartografias históricas, mas, a partir da elaboração de mapas conjecturais (Fig. 4) observa-se que a implantação da vila em um sítio de topografia irregular, circundado a leste a oeste pelo mar, conferiu-lhe traços do urbanismo vernacular. Observa-se nesta planta a expansão da vila e a implantação de novos elementos defensivos (em amarelo). As ruas adaptaram-se à topografia irregular. Na região baixa, na praia, possuíam estrutura linear formando quarteirões que tendiam à geometrização, com diversidade formal, acentuando a irregularidade do tecido urbano.

Conjectura-se que a atuação da Engenharia Militar na capitania influenciou na reestruturação e expansão da Vila da Vitória, a partir da implantação dos elementos defensivos. A racionalização alterou a trama urbana, influenciou em sua expansão e sua laicização do espaço. Rompe-se definitivamente os limites do núcleo matriz.

Na configuração urbana da vila percebe-se a adaptação de seus elementos morfológicos entre si e ao sítio, numa relação dialética (Lamas, 1993), definindo a implantação dos edifícios e o arruamento. Conjectura-se que a localização dos elementos defensivos seguiu a lógica formal da tratadística militar. A escolha de sítios para construir novos fortes e a remodelação de outros adaptou-se à geomorfologia do território (Souza, 2009). Neste processo: “[...] o colonizador [submeteu] a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial” (PESSÔA, 2000: 71).

Desta forma, na capitania do Espírito Santo os engenheiros militares (re) ordenaram o território de acesso à sede administrativa, bem como, seu espaço urbano, visando consolidar a posse e incrementar a defesa.



Fig. 04. Mapa conjectural da configuração da Vila da Vitória no século XVIII. Fonte: Souza, 2009.

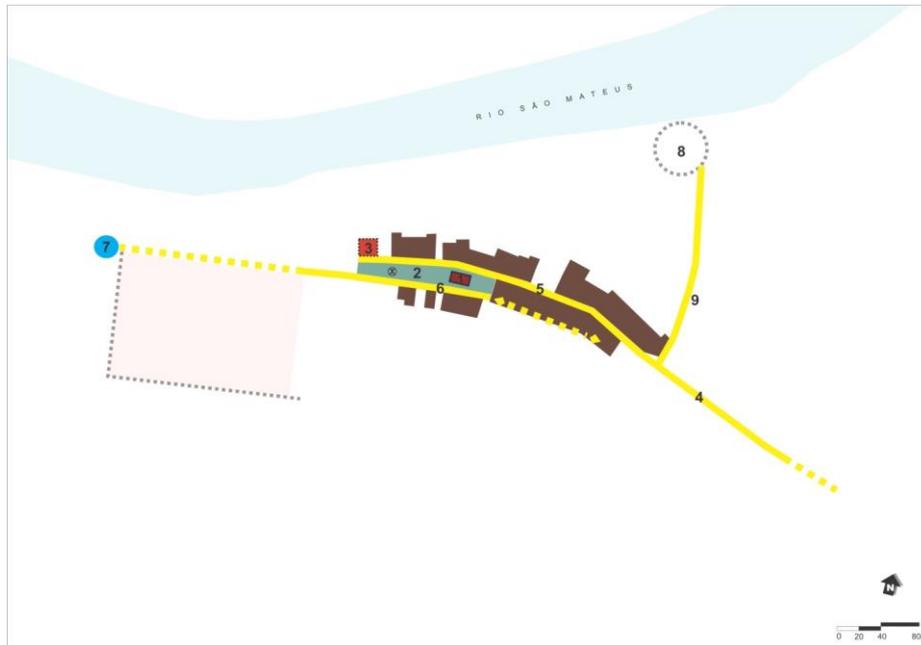
3.2. Vila de São Mateus: estruturação do desenho urbano para defesa do território

São Mateus, segundo Cancela (2012: 178) “(...) incorporava significados estratégicos para a colonização portuguesa”, por ser “(...) o posto colonial mais avançado sobre os sertões da antiga Capitania de Porto Seguro”, e porque “(...) atuava como uma verdadeira zona de contato entre luso-brasileiros e indígenas.”

Em 1764, o ouvidor Tomé Couceiro visitou São Mateus com ordens reais e secretas de fazer o reconhecimento da região. Considerou que a povoação já reunia as condições para ser elevada a vila, o que acontece pelo *Auto de Demarcação da Villa Nova de Sam Matheus*, vindo a ser a primeira do projeto pombalino de colonização da capitania do Porto Seguro, constituída em 1763.

Com base nestes documentos e, com dados indiciais entrecruzados, obtidos por meio do estudo do território, sua constituição geomorfológica, contextos e agentes, Santos (2017) elaborou mapas conjecturais (Fig. 05) cuja análise permite verificar que a implantação da povoação de São Mateus correspondeu às características das primeiras formações portuguesas de colonização do território brasileiro. Segundo Fernandes (1991) já se fazia presente um modelo urbanístico português:

(...) o centro de vocação residencial é altaneiro, associando-se à elevação que guarda a memória do local de defesa colectiva; o centro de negócios e das trocas portuárias preenche o espaço de transição para o rio ou mar.



LEGENDA

- 1- IGREJA MATRIZ
- 2- PRAÇA DA IGREJA
- 3- CASA DE CÂMARA E CADEIA
- 4- RUA DA ALDEIA
- 5- RUA DIREITA
- 6- RUA NOVA DA IGREJA
- 7- BARREIRA DO CORGO (CÓRREGO)
- 8- PORTO
- 9- RUA DE ENTRADA NA VILA

- DEMARCAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA
- IGREJA
- PRAÇA
- CASÁRIO CONSOLIDADO 1764
- ÁREA DELIMITADA PARA EXPANSÃO DO CASÁRIO
- PELOURINHO

- DELIMITAÇÃO DE ÁREAS
- RUAS CONSOLIDADAS 1764

Fig. 05. Mapa conjectural de São Mateus. Fonte: (Santos, 2017).

Conclui-se, portanto, que ainda que não integrando definitivamente a Capitania do Espírito Santo quando elevada a vila, São Mateus foi decisiva em sua defesa, seja, por ser palco de luta contra os indígenas na Batalha do Cricaré (1558), seja, por ser um canal – controlado - de entrada para o interior da região das minas.

Conclui-se que as vilas analisadas, implantadas estrategicamente segundo a tradição lusitana de fundar cidades a partir de referências vernaculares e eruditas, foram determinantes na defesa e (re) ordenamento do território do Espírito Santo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Abreu (2014). A apropriação do território no Brasil colonial (265-298). En FRIDMAN, Fania e HAESBAERT, Rogério (coords.), Escritos sobre história. Rio de Janeiro: Garamond.

AZEVEDO, Aroldo (1956). Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (2001). Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América portuguesa (séc. XVI-XIX). Revista Navigator. Dossiê Engenharia Militar, guerra e representações cartográficas nas Américas nos séculos XVI a XIX. 2011, v.7, n.14.p.1-13.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011). Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: Edusp, Fapesp; 1ª edição.

CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro. (1763-1808). 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012, p.178.

DAEMON, Basílio Carvalho (2010). Província Do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim (1995). Biografia de uma Ilha. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. ^[1]_[SEP]

FERNANDES, José Manuel. A cidade portuguesa: um modo característico de espaço urbano. In: A arquitetura. Lisboa: Imprensa Nacional; Comissariado para a Europália 91, 1991.

FREIRE, Felisbello (1998). História Territorial do Brazil. Bahia-Sergipe-Espírito Santo. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Turismo e Cultura, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. (v.1.). Edição Fac-Similar.

FREIRE, Mário Aristides (2006). A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores - 1535/1822. 2 ed. Vitória: Cultural-ES; Flor & Cultura,

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO (1999). Doações e forais das capitanias do Brasil 1534-1536. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre.

MORENO, Diogo de Campos (1616). Razão do Estado do Brasil. Biblioteca Pública Municipal do Porto. Porto. Biblioteca digital.

NOVAES, Maria Stella de (s.d.). História do Espírito Santo. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo.

OLIVEIRA, José Teixeira de (1951). História do Estado do Espírito Santo. Rio de Janeiro. ^[1]_[SEP]

OLIVEIRA, Mário Mendonça de (2004). As Fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil. Salvador: Omar G..

PESSÔA, José (2000). Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. Oceanos, A construção do Brasil Urbano, no 41, p.70-83, janeiro/março. ^[1]_[SEP]

PORTAS, Nuno (2000). Os tempos das formas nas cidades lusas no Brasil. Oceanos, A construção do Brasil Urbano, no 41, p.162-173, janeiro/março. ^[1]_[SEP]

REIS FILHO, Nestor Goulart (1968). Contribuição ao estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. ^[1]_[SEP]

ROSSA, Walter (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Portugal: Ed. Almedina.

RUBIM, Francisco Alberto (2003). *Memórias Para Servir à História até o Ano de 1817 e Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção do Reino do Brasil, Escritas em 1818, Publicadas em 1840 por Hum Capixaba*. Vitória: Arquivo Público Estadual. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. (1999). *O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c.1690-1750*. En: BETHEL, Leslie (coord.). *História da América Latina: A América Latina Colonial, volume II*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão.

SANTOS, Sofia Maria Valente Simões dos Santos (2017). *São Mateus: do lugar à vila*. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo. 205p

SOUZA, Luciene Pessotti de (2009). *Vila de Nossa Senhora da Vitória: por uma perspectiva urbana no Brasil Colonial (163-199)*. En: SOUZA, Luciene Pessotti de. RIBEIRO, Nelson Pôrto (coords.). *Urbanismo Colonial: Vilas e cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro: POD editora.

TEIXEIRA, Manoel (1999). *O Urbanismo Português no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. En: TEIXEIRA, Manoel e VALLA, Margarida. *O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII, Portugal-Brasil (215-252)*. Portugal, Livros Horizonte.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. (1993). *A construção dos imaginários de Vitória*. In: ABREU, Carol; MARTINS, Janes de Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M (coord.) (19-41). *Vitória. Trajetórias de Uma Cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

1.1.1. Fontes eletrônicas

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *Freguesia da Vitória (2000)*. In: NEVES, Maria Clara Medeiros Santos (Coord. e transcrição) et alli. *Estação Capixaba. Revista Eletrônica*. Vitória, 2000. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em: maio de 2002.